

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, do Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Bradesco Financiamentos), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Bradesco Financiamentos oferece linhas de financiamento de crédito direto ao consumidor para aquisição de veículos de passeio, de transporte e outros bens e serviços, além de operações de *leasing* e de empréstimos consignados, atuando como financeira do Banco Bradesco.

No segmento veículos, é especializado em oferecer aos clientes e não clientes do Banco Bradesco linhas de financiamento e de arrendamento de veículos, com soluções de CDC e *leasing*, com recursos próprios ou de repasses. Os serviços são oferecidos em sua extensa rede de conveniados formada por revendedoras e concessionárias de motos, veículos leves e de transporte, totalizando 12.003 parceiros comerciais ativos em todo o País.

No segmento de empréstimos consignados, atua na concessão de empréstimos para aposentados e pensionistas do INSS, empréstimos com desconto em folha de pagamento para funcionários de empresas do setor público federal, estadual e municipal, por meio de 2.073 Correspondentes, atua em todos os estados brasileiros na captação de clientes.

O Lucro Líquido do exercício de 2014 foi de R\$ 3,279 bilhões e o Patrimônio Líquido de R\$ 24,451 bilhões.

Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores.

Osasco, SP, 28 de janeiro de 2015.

Diretoria
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2014	2013		2014	2013
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	45.125.114	48.625.067	CIRCULANTE	23.854.093	23.727.098
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	500	316	DEPÓSITOS (Nota 14a)	21.904.119	19.553.177
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	25.815.299	29.291.525	Depósitos Interfinanceiros	21.904.064	19.553.171
Aplicações no Mercado Aberto	92.659	104.268	Depósitos à Vista	55	6
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	25.722.640	29.187.257	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.949.974	4.173.921
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	98.545	152.393	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	13.210	8.043
Carteira Própria	9.069	64.201	Sociais e Estatutárias	272.000	1.020.000
Vinculados à Prestação de Garantias	89.476	88.152	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16a)	351.225	1.006.418
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	761.233	481.940	Diversas (Nota 16b)	1.313.539	2.139.460
Créditos Vinculados (Nota 7)	761.222	417.934	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	21.994.498	25.310.438
Correspondentes	11	64.006	DEPÓSITOS (Nota 14a)	20.733.169	22.775.409
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	16.545.692	16.432.455	Depósitos Interfinanceiros	20.733.169	22.775.409
Operações de Crédito - Setor Privado	17.242.096	17.397.941	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.261.329	2.535.029
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(696.404)	(965.486)	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16a)	997.129	2.425.475
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8)	(10.310)	(30.693)	Diversas (Nota 16b)	264.200	109.554
Operações de Arrendamentos a Receber - Setor Privado	29.832	97.036	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	261.459	188.590
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(29.242)	(90.354)	Receitas de Exercícios Futuros	261.459	188.590
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(10.900)	(37.375)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 17)	24.451.202	27.654.686
OUTROS CRÉDITOS	1.199.815	1.441.184	Capital:		
Rendas a Receber (Nota 9a)	42	104	- De Domiciliados no País	22.010.000	22.010.000
Diversos (Nota 9b)	1.199.773	1.441.080	Reservas de Lucros	2.441.431	5.644.978
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	714.340	855.987	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(229)	(292)
Outros Valores e Bens	277.418	319.933			
Provisões para Desvalorizações	(149.350)	(154.307)			
Despesas Antecipadas	586.272	690.361			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	24.138.040	25.764.439			
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	31.679	60.729			
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	31.679	60.729			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	218	218			
Carteira Própria	218	218			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	19.328.857	20.140.718			
Operações de Crédito - Setor Privado	19.711.989	20.712.597			
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(383.132)	(571.879)			
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8)	(3.124)	(13.086)			
Operações de Arrendamentos a Receber - Setor Privado	15.575	39.254			
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(14.462)	(38.901)			
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(4.237)	(13.439)			
OUTROS CRÉDITOS	3.965.651	4.587.805			
Diversos (Nota 9b)	3.965.651	4.587.805			
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	814.759	988.055			
Despesas Antecipadas	814.759	988.055			
PERMANENTE	1.298.098	2.491.306			
INVESTIMENTOS (Nota 11)	430.526	452.750			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País	427.066	449.300			
- No Exterior	303	254			
Outros Investimentos	12.769	12.808			
Provisões para Perdas	(9.612)	(9.612)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	7.300	4.665			
Outras Imobilizações de Uso	20.287	18.626			
Depreciações Acumuladas	(12.987)	(13.961)			
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 8)	827.515	1.997.958			
Bens Arrendados	1.204.485	2.764.579			
Depreciações Acumuladas/Superveniência de Depreciação	(376.970)	(766.621)			
INTANGÍVEL (Nota 13)	32.757	35.933			
Ativos Intangíveis	87.596	72.765			
Amortizações Acumuladas	(54.839)	(36.832)			
TOTAL	70.561.252	76.880.812	TOTAL	70.561.252	76.880.812

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	2º Semestre 2014	Exercícios findos em 31 de dezembro 2014	Exercícios findos em 31 de dezembro 2013
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	6.060.766	12.370.421	12.984.282
Operações de Crédito (Nota 8g)	4.120.320	8.231.630	8.544.753
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 8g)	533.500	1.326.630	2.211.449
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6e)	1.565.568	2.749.801	2.208.815
Resultado das Aplicações Compulsórias (Nota 7b)	41.378	62.360	19.265
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	2.973.301	6.199.692	7.406.098
Operações de Captações no Mercado (Nota 14b)	2.257.146	4.375.394	4.156.376
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 8f)	475.497	1.214.891	2.080.394
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 8f)	240.658	609.407	1.169.328
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	3.087.465	6.170.729	5.578.184
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(6.525)	(1.322.444)	(2.702.874)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 18)	164.834	285.334	228.411
Despesas de Pessoal (Nota 19)	(152.236)	(232.868)	(58.222)
Outras Despesas Administrativas (Nota 20)	(361.011)	(798.988)	(995.378)
Despesas Tributárias (Nota 21)	(39.457)	(75.820)	(182.792)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 11a)	(35.160)	(22.243)	(8.991)
Outras Receitas Operacionais (Nota 22)	1.550.173	1.702.045	413.829
Outras Despesas Operacionais (Nota 23)	(1.133.668)	(2.179.904)	(2.099.731)
RESULTADO OPERACIONAL	3.080.940	4.848.285	2.875.310
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 24)	(80.807)	(199.406)	(253.943)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	3.000.133	4.648.879	2.621.367
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 26)	(698.589)	(1.369.858)	(526.444)
LUCRO LÍQUIDO	2.301.544	3.279.021	2.094.923
Número de ações (mil) (Nota 17a)	24.730.835	24.730.835	24.730.835
Lucro por lote de mil ações em R\$	93,06	132,59	84,71

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	2º Semestre 2014	Exercícios findos em 31 de dezembro 2014	Exercícios findos em 31 de dezembro 2013
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	3.000.133	4.648.879	2.621.367
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:			
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	240.658	609.407	1.169.328
Depreciações e Amortizações	72.349	172.039	361.253
Constituições/(Reversões) de Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	(1.234.657)	(1.085.294)	223.672
Constituições de Provisões para Desvalorização de Bens Não de Uso Próprio	(25.183)	(4.956)	32.797
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	35.160	22.243	8.991
Insuficiência/(Superveniência) de Depreciação	397.054	1.034.053	1.693.977
Ganho na Venda de Investimento	(253)	(253)	-
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado de Uso	(81)	(52)	10
Perda na Venda de Bens Não de Uso Próprio	106.324	204.667	221.072
Outros	213.947	411.276	303.970
Lucro Líquido Ajustado antes dos impostos	2.805.451	6.012.009	6.636.437
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(2.307.526)	3.812.432	(2.078.248)
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	7.710	55.888	151.041
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	(243.313)	(254.759)	(33.033)
Aumento/(Redução) em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(318.765)	(343.299)	(417.934)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil	142.260	71.555	(2.717.064)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(93.071)	247.190	(882.640)
Aumento/(Redução) em Depósitos	1.504.475	308.702	3.099.332
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(734.641)	(2.007.570)	(2.168.706)
Aumento/(Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	63.255	72.869	56.360
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(244.575)	(744.828)	(1.504.392)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	(581.260)	7.230.189	141.153
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
(Aumento)/Redução em Títulos Disponível para Venda	(1.184)	(1.184)	436
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	212.453	387.824	403.258
Alienação de Investimentos	292	292	-
Alienação de Imobilizado de Uso e Arrendamento	179.413	239.050	182.750
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	(242.848)	(549.976)	(653.322)
Aquisição de Investimentos	-	(100)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso e Arrendamento	(210.282)	(259.276)	(119.589)
Aplicações no Intangível	(9.643)	(14.830)	(15.250)
Redução de Capital em Investida	-	-	165.000
Aumento de Capital em Investida	-	-	(315.000)
Dividendos Recebidos	-	104	147.696
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(71.799)	(198.096)	(204.021)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(787.950)	(7.043.518)	(10.437)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(787.950)	(7.043.518)	(10.437)
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(278.489)	(11.425)	(73.305)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	371.648	104.584	177.889
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	93.159	93.159	104.584
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(278.489)	(11.425)	(73.305)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social Realizado	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária	Próprias			
Saldos em 30.6.2014	22.010.000	458.284	919.317	955	-	-	23.388.556
Reversão de Dividendos 1º Semestre/2014	-	-	9.286	-	-	-	9.286
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(1.184)	-	-	(1.184)
Lucro Líquido	-	-	-	-	2.301.544	-	2.301.544
Destinações - Reservas	-	115.077	939.467	-	-	(1.054.544)	-
- Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(1.247.000)	(1.247.000)
Saldos em 31.12.2014	22.010.000	573.361	1.868.070	(229)	-	-	24.451.202
Saldos em 31.12.2012	22.010.000	304.664	4.445.391	241	-	-	26.760.296
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(533)	-	-	(533)
Lucro Líquido	-	-	-	-	2.094.923	-	2.094.923
Destinações - Reservas	-	104.746	790.177	-	-	(894.923)	-
- Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(1.200.000)	(1.200.000)
Saldos em 31.12.2013	22.010.000	409.410	5.235.568	(292)	-	-	27.654.686
Dividendos Declarados	-	-	(5.235.568)	-	-	-	(5.235.568)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	63	-	-	63
Lucro Líquido	-	-	-	-	3.		

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e valor residual garantido (VRG)

Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas registradoras de Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atenuação igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

III - Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% ao ano na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: veículos e afins, 20% ao ano; móveis e utensílios, 10% ao ano; máquinas e equipamentos, 10% ao ano; e outros bens, 10% ao ano ou 20% ao ano.

IV - Perdas em arrendamentos

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o imobilizado de arrendamento (Nota 8i).

V - Superveniência (insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumariados nos itens II a IV acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil.

Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Alíquo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre as adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação, são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", sendo que para superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

h) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados no resultado de acordo com o princípio da competência. Inclui seguro prestamista e comissões pagas, principalmente à revendedores e concessionárias de veículos e promotoras de venda terceirizadas, pela colocação de operações de crédito.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, os quais são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fazem parte dos ativos do Banco ou quando benefícios futuros não são mais esperados.

i) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos em outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

j) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado o custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos, sistemas de comunicação e segurança - 10% ao ano; e sistemas de transportes e processamento de dados - 20% a 50% ao ano, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

k) Intangível

Ativo Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Compostos por *software*, que estão registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

l) Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

m) Depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data de balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

o) Receitas de exercícios futuros

Representam aos valores das parcelas de receitas contratuais recebidas antecipadamente que serão apropriadas ao resultado de acordo com os prazos dos contratos de financiamentos aos quais se referem.

p) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Disponibilidades em moeda nacional.....	434	257
Aplicações em curso.....	66	59
Total de disponibilidades (caixa).....	500	316
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1).....	92.659	104.268
Total caixa e equivalentes de caixa.....	93.159	104.584

(1) Referem-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

8) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Modalidades e prazos

Operações de crédito	Curso normal						Total	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2014	2013
							(A)	(A)
Empréstimos e títulos descontados.....	567.782	582.134	551.861	1.603.798	2.858.343	10.626.586	16.790.504	16.233.506
Financiamentos.....	967.405	956.261	884.418	2.499.829	4.215.354	8.177.758	17.701.025	51,1
Subtotal.....	1.535.187	1.538.395	1.436.279	4.103.627	7.073.697	18.804.344	34.491.529	99,6
Operações de arrendamento mercantil.....	9.908	8.861	8.008	21.343	34.125	62.578	144.823	0,4
Subtotal.....	1.545.095	1.547.256	1.444.287	4.124.970	7.107.822	18.866.922	34.636.352	100,0
Total das operações de crédito.....	1.545.095	1.547.256	1.444.287	4.124.970	7.107.822	18.866.922	34.636.352	100,0
Avais e fianças (1).....	-	-	-	-	-	2.314	2.314	-
Total em 2014.....	1.545.095	1.547.256	1.444.287	4.124.970	7.107.822	18.869.236	34.638.666	100,0
Total em 2013.....	1.518.545	1.507.800	1.408.677	4.048.755	7.049.941	19.459.463	34.993.181	100,0

(1) Referem-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

b) Modalidades e níveis de risco

Operações de crédito	Curso normal						Total	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	Acima de 540 dias	2014	2013
							(B)	(B)
Empréstimos e títulos descontados.....	23.750	18.537	12.380	24.350	17.802	96.819	94.255	15,5
Financiamentos.....	94.394	72.742	40.541	67.439	54.671	329.787	487.407	80,1
Subtotal.....	118.144	91.279	52.921	91.789	72.473	426.606	581.662	95,6
Operações de arrendamento mercantil.....	1.460	1.297	847	1.424	1.117	6.145	1,4	4,4
Subtotal.....	119.604	92.576	53.768	93.213	73.590	432.751	608.172	100,0
Total em 2014.....	119.604	92.576	53.768	93.213	73.590	432.751	608.172	100,0
Total em 2013.....	152.781	121.261	72.399	135.107	126.624	608.172	608.172	100,0

(1) Registrados em Contas de Compensação.

c) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Nível de risco	Curso anormal						Total		Total geral	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2014	2013	2014	2013
							(C)	(C)	(A + B + C)	(A + B + C)
Empréstimos e títulos descontados.....	23.072	23.208	21.179	62.210	109.953	345.334	584.956	28,5	613.347	21,2
Financiamentos.....	94.443	93.504	95.358	236.028	379.350	562.311	1.450.994	70,7	2.219.064	52,4
Subtotal.....	117.515	116.712	106.537	298.238	489.303	907.645	2.035.950	99,2	2.832.411	98,0
Operações de arrendamento mercantil.....	1.306	1.175	1.114	3.007	4.437	5.442	16.481	0,8	56.912	2,0
Subtotal.....	118.821	117.887	107.651	301.245	493.740	913.087	2.052.431	100,0	2.889.323	100,0
Total das operações de crédito.....	118.821	117.887	107.651	301.245	493.740	913.087	2.052.431	100,0	37.121.534	100,0
Avais e fianças (1).....	-	-	-	-	-	-	-	-	2.314	-
Total em 2014.....	118.821	117.887	107.651	301.245	493.740	913.087	2.052.431	100,0	37.123.848	100,0
Total em 2013.....	152.565	152.732	139.119	395.431	671.058	1.378.418	2.889.323	100,0	38.490.676	100,0

(1) Registrados em Contas de Compensação.

d) Concentração das operações de crédito

Maior devedor	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2014	%	2013	%
Dez maiores devedores.....	3.756	-	3.162	-
Vinte maiores devedores.....	31.438	0,1	26.806	0,1
Cinquenta maiores devedores.....	50.175	0,1	45.067	0,1
Cem maiores devedores.....	87.243	0,2	84.738	0,2
Cem maiores devedores.....	131.547	0,4	132.199	0,3

e) Setor de atividade econômica

Setor privado	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2014	%	2013	%
Indústria.....	37.121.534	100,0	38.488.513	100,0
Comércio.....	178.295	0,5	211.847	0,5
Intermediário financeiro.....	550.012	1,5	760.219	2,0
Serviços.....	28	-	505	-
Agricultura, pecuária, pesca, silvicultura e exploração florestal.....	824.208	2,2	922.885	2,4
Pessoas físicas.....	25.246	0,1	29.797	0,1
Total.....	35.543.745	95,7	36.563.260	95,0
Total.....	37.121.534	100,0	38.488.513	100,0

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Saldo inicial	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2014	%	2013	%
Constituição líquida de reversão.....	1.588.179	-	2.170.113	-
Baixas para prejuízo.....	609.407	-	1.169.328	-
Saldo final.....	(1.102.913)	(1.102.913)	(1.751.262)	(1.751.262)
Provisão específica (1).....	1.094.673	-	1.588.179	-
Provisão genérica (2).....	191.956	-	191.956	-
Provisão excedente (3).....	137.795	-	192.745	-
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (4).....	510.013	510.013	471.561	471.561

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;

(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior;

(3) A provisão excedente é constituída considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos como mínimos na Resolução nº 2.682/99 do CMN. A provisão excedente por cliente foi classificada nos níveis de riscos correspondentes (Nota 8c); e

(4) Classificadas em receitas de operações de crédito.

Em 23.12.2014, o Bradesco Financiamentos realizou a securitização de contratos de créditos compensados contra prejuízo no montante de R\$ 514.000 mil, apurando resultado de R\$ 21.225 mil.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2014	2013
Aplicações no mercado aberto:						
Posição bancada						
- Notas do tesouro nacional.....	92.659	-	-	-	92.659	104.268

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

g) Receitas de operações de crédito e de arrendamento mercantil

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Empréstimos e títulos descontados.....	3.857.996	3.554.731
Financiamentos.....	3.863.621	4.518.461
Subtotal.....	7.721.617	8.073.192
Recuperação de créditos baixados como prejuízo.....	510.013	471.561
Subtotal.....	8.231.630	8.544.753
Arrendamento mercantil, líquido de despesas.....	111.739	131.055
Total.....	8.343.369	8.675.808

h) Demonstrativo da composição da carteira de arrendamento, a valor presente, com os saldos contábeis

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Arrendamentos financeiros a receber.....	45.407	136.290
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber.....	(43.704)	(129.255)
Bens arrendados financeiros + perdas em arrendamentos (líquido).....	1.204.485	2.764.579
(-) Depreciação acumulada sobre bens arrendados financeiros, líquida de superveniência de depreciação.....	(376.970)	(766.621)
(-) Depreciações acumuladas.....	(1.063.777)	(2.505.823)
Superveniência de depreciação.....	686.807	1.739.202
(-) Valor residual garantido antecipado (Nota 16b).....	(661.769)	(1.627.018)
Total do valor presente.....	167.449	377.975

i) Imobilizado de arrendamento

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Veículos e afins.....	1.204.115	2.764.174
Máquinas e equipamentos.....	-	34
Perdas em arrendamentos.....	370	371
Total de bens arrendados.....	1.204.485	2.764.579
Depreciação acumulada de bens arrendados.....	(1.063.777)	(2.505.823)
Superveniência de depreciação.....	686.807	1.739.202
Total da depreciação acumulada.....	(376.970)	(766.621)
Imobilizado de arrendamento.....	827.515	1.997.958

A Instituição, para atender o regime de competência, constituiu no exercício, insuficiência de depreciação no montante de R\$ 1.052.395 mil (2013 - R\$ 1.716.226 mil), registrada em imobilizado de arrendamento, e efetuou a realização de superveniência de R\$ 18.342 mil (2013 - R\$ 22.249 mil), classificada em bens não de uso próprio em decorrência da reintegração de posse de bens arrendados e R\$ 1.034.053 mil (2013 - R\$ 1.693.977 mil) em resultado

11) INVESTIMENTOS

a) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos, foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital (%)	Lucro líquido/(prejuízo) ajustado	Valor contábil		Ajuste decorrente de avaliação (1)		
			Ações	Cotas			2014	2013	2014	2013	
			Em 31 de dezembro - R\$ mil				Em 31 de dezembro - R\$ mil		Em 31 de dezembro - R\$ mil		Em 31 de dezembro - R\$ mil
Ramo financeiro											
Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.....	25.500	47.707	-	-	25.500	99.999	2.749	47.707	44.984	2.749	1.900
BMC Asset Management DTVM Ltda.....	5.700	10.397	-	-	5.700	99.999	367	10.397	10.034	367	339
Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil.....	13.500	27.657	127.700	-	-	100.000	1.344	27.657	26.326	1.344	8.730
Banco Bradesco Europa S.A.....	712.791	1.114.543	1	-	-	0,027137	53.526	303	254	15	15
Outras atividades											
BF Promotora de Vendas Ltda.....	426.220	339.745	-	-	426.220	99,9999	(26.705)	339.745	366.450	(26.705)	(19.941)
Promosec Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros.....	3.250	1.160	-	-	6	100,000	(46)	1.160	1.106	(46)	(65)
Outras participações.....	-	-	-	-	-	-	-	400	400	-	-
Ganho/perda cambial de investimento no exterior.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33	31
Total de investimentos.....								427.369	449.554	(22.243)	(8.991)

(1) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultados, quando aplicáveis.

b) Outros investimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Investimentos por incentivos fiscais.....	12.216	12.216
Títulos patrimoniais.....	2	2
Outros investimentos.....	551	590
Subtotal.....	12.769	12.808
Provisão para perdas.....	(9.612)	(9.612)
Total.....	3.157	3.196

12) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição corrigido. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	Taxa anual	Custo		Depreciação	
		2014	2013	2014	2013
Instalações, móveis e equipamentos de uso.....	10%	7.122	(4.287)	2.835	3.092
Sistemas de segurança e comunicações.....	10%	1.140	(941)	199	228
Sistemas de processamento de dados.....	20%	12.025	(7.759)	4.266	1.345
Total em 2014.....		20.287	(12.987)	7.300	
Total em 2013.....		18.626	(13.961)	4.665	

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são compostos por *software* e respectivos gastos com desenvolvimento. Em 31 de dezembro de 2014 apresentava o valor do custo líquido de amortização de R\$ 32.757 mil (2013 - R\$ 35.933 mil). Amortizações acumuladas correspondiam a R\$ 54.839 mil (2013 - R\$ 36.832 mil).

14) DEPÓSITOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	1 a 30 dias		31 a 180 dias		181 a 360 dias	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Depósitos interfinanceiros.....	1.809.221	7.999.614	12.095.229	20.733.169	42.637.233	42.328.580
Depósitos à vista.....	55	-	-	-	55	6
Total em 2014.....	1.809.276	7.999.614	12.095.229	20.733.169	42.637.288	42.328.586
%.....	4,2	18,8	28,4	48,6	100,0	
Total em 2013.....	1.599.507	7.764.332	10.189.338	22.775.409	42.328.586	42.328.586
%.....	3,8	18,3	24,1	53,8	100,0	

b) Despesas de captação

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Depósitos interfinanceiros.....	4.375.394	4.156.376
Total.....	4.375.394	4.156.376

15) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A empresa é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisões para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

A principal questão é:

IRPJ/CSLL - Perdas de Crédito - R\$ 300.148 mil (2013 - R\$ 245.893 mil): Pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, totais ou parciais, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º ao 14º da Lei nº 9.430/96 que só se aplicam às perdas provisórias.

IV - Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (1) (2)
Saldo no início do exercício de 2014.....	28.889	80.664	1.949.923
Atualização monetária.....	2.882	9.579	47.677
Constituições líquidas de reversões e baixas.....	881	145.546	(1.291.859)
Pagamentos.....	(4.810)	(140.428)	(20.018)
Saldo no final do exercício de 2014 (Nota 16).....	27.842	95.361	685.723

(1) Compreende, substancialmente, a obrigações legais; e

(2) Inclui a reversão de provisão fiscal, relativa ao processo COFINS, cuja matéria teve seu encerramento favorável à Instituição, no montante de R\$ 1.378.103 mil.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos, e visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos. O cálculo dos dividendos e juros sobre o capital próprio relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro está demonstrado a seguir:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Lucro líquido.....	3.279.021	2.094.923
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(163.951)	(104.746)
Base de cálculo.....	3.115.070	1.990.177
Dividendos (1).....	-	-
Juros sobre o capital próprio (2).....	1.247.000	1.200.000
Imposto de renda retido na fonte.....	(187.050)	(180.000)
Valor líquido a pagar.....	1.059.950	1.020.000
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado.....	34,0%	51,3%
Valor em Reais por lote de mil ações.....	42,86	41,24

(1) Não houve distribuição de dividendos pois os juros sobre o capital próprio distribuídos foram superior ao mínimo obrigatório de 1%; e

(2) Em Reunião da Diretoria realizada em 30 de setembro de 2014 foi deliberado o pagamento de juros sobre o capital próprio de R\$ 927.000 mil efetuado em 26 de dezembro de 2014, e a Reunião da Diretoria de 22 de dezembro de 2014 deliberou o valor de R\$ 320.000 mil a ser pago até 31 de dezembro de 2015.

9) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

a) Rendas a receber

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Dividendos.....	42	104
Total.....	42	104

b) Diversos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Devedores por depósitos em garantia.....	2.402.862	1.965.587
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 26c).....	1.899.105	3.411.854
Impostos e contribuições a compensar.....	391.258	248.461
Devedores diversos.....	299.410	204.768
Prêmio em operações de cessão de crédito (1).....	95.417	150.561
Títulos e créditos a receber.....	54.406	34.303
Adiantamentos para pagamentos.....	18.990	9.420
Opções por incentivos fiscais.....	3.922	3.922
Outros.....	54	9
Total.....	5.165.424	6.028.885

(1) Prêmio pago na aquisição de operações de crédito consignado, que será apropriado pelos prazos dos contratos.

10) OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso próprio

	Custo	Provisão para perdas	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
			2014	2013
Imóveis.....	1.339	(454)	885	885
Bens em regime especial.....	810	(810)	-	-
Veículos e afins.....	274.518	(147.362)	127.156	164.714
Máquinas e equipamentos.....	711	(711)	-	-
Outros.....	40	(13)	27	27
Total em 2014.....	277.418	(149.350)	128.068	165.626
Total em 2013.....	319.933	(154.307)		

b) Despesas antecipadas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Comissões sobre empréstimos - consignados.....	1.031.742	1.233.821
Comissões sobre financiamento - veículos.....	289.857	365.980
Outros.....	79.432	78.615
Total.....	1.401.031	1.678.416

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital (%)	Lucro líquido/(prejuízo) ajustado	Valor contábil		Ajuste decorrente de avaliação (1)		
			Ações	Cotas			2014	2013	2014	2013	
			Em 31 de dezembro - R\$ mil				Em 31 de dezembro - R\$ mil		Em 31 de dezembro - R\$ mil		Em 31 de dezembro - R\$ mil
Ramo financeiro											
Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.....	25.500	47.707	-	-	25.500	99,999	2.749	47.707	44.984	2.749	1.900
BMC Asset Management DTVM Ltda.....	5.700	10.397	-	-	5.700	99,999	367	10.397	10.034	367	339
Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil.....	13.500	27.657	127.700	-	-	100,000	1.344	27.657	26.326	1.344	8.730
Banco Bradesco Europa S.A.....	712.791	1.114.543	1	-	-	0,027137	53.526				



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

26) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	4.648.879	2.621.367
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	(1.859.552)	(1.048.547)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas	(8.897)	(3.596)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(14.300)	4.336
Juros sobre o capital próprio pagos	498.800	480.000
Outros valores	14.091	41.363
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(1.369.858)	(526.444)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	142.849	(921.336)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	(1.512.707)	394.892
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(1.369.858)	(526.444)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2013	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.503.767	257.682	1.305.563	1.455.886
Provisões cíveis.....	32.266	38.144	32.266	38.144
Provisões fiscais.....	686.143	42.165	564.191	164.117
Provisões trabalhistas	11.556	925	1.344	11.137
Provisão para desvalorização de bens não de uso	61.723	59.740	61.723	59.740
Provisão para perda de títulos e investimento.....	1.667	-	-	1.667
Ágio amortizado	1.099	-	-	1.099
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação.....	537	29	18	548
Outros.....	113.054	166.767	113.054	166.767
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	3.411.812	565.452	2.078.159	1.899.105
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda.....	42	-	42	-
Total dos créditos tributários (Nota 9b)	3.411.854	565.452	2.078.201	1.899.105
Obrigações fiscais diferidas (Nota 16a)	573.533	61.192	263.098	371.627
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	2.838.321	504.260	1.815.103	1.527.478

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2014 - R\$ mil		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2015.....	383.683	230.140	613.823
2016.....	383.683	230.140	613.823
2017.....	365.116	218.999	584.115
2018.....	26.984	16.139	43.123
2019.....	27.670	16.551	44.221
Total	1.187.136	711.969	1.899.105

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta R\$ 1.791.196 mil (2013 - R\$ 3.207.916 mil) de diferenças temporárias.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do

Banco Bradesco Financiamentos S.A.
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco Financiamentos S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

e) Obrigações fiscais diferidas

A sociedade possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 371.627 mil (2013 - R\$ 573.533 mil) relativas à: Superveniência de depreciação R\$ 171.702 mil (2013 - R\$ 434.800 mil) e atualização monetária de depósitos judiciais de R\$ 199.925 mil (2013 - R\$ 138.733 mil).

27) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Avas e Fianças prestados a clientes totalizam R\$ 2.314 mil (2013 - R\$ 2.163 mil), os quais estão sujeitos a encargos financeiros e a prestação de contra garantias pelos beneficiários.

b) O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil.

c) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas. A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

d) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

e) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- o parcelamento especial de Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nºs 1.515, de 24 de novembro de 2014 e 1.520, de 4 de dezembro de 2014. Em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros em nossas Demonstrações Contábeis.

f) Em 20 de janeiro de 2015, foi publicada a Lei nº 13.097/15, que converteu a Medida Provisória nº 656/14. Dentre outros assuntos essa Lei altera os valores dos limites para fins de dedutibilidade de perdas no recebimento de créditos para contratos inadimplidos a partir de 8.10.2014 (artigo 9º da Lei nº 9.430/96), sendo que para o estoque até essa data, ficam mantidos os valores limites atuais.

g) Em dezembro de 2013, o Banco Central do Brasil publicou a Resolução nº 4.294/13, complementada pelas Circulares Bacen nº 3.693/13, nº 3.722/14 e nº 3.738/14, as quais estabeleceram procedimentos de contratação, remuneração e contabilização da remuneração de correspondentes, cujos impactos trarão efeitos no resultado apenas a partir do exercício de 2015. A Bradesco Financiamentos adotará a faculdade, prevista na Circular Bacen nº 3.693/13, do reconhecimento em despesa de forma diferida, no prazo máximo de 36 meses, de até dois terços da remuneração referente a originação ocorrida no ano de 2015 de operações de crédito ou de arrendamento mercantil por correspondentes no País; e de até um terço para as operações originadas no ano de 2016. Adicionalmente, os saldos registrados em 31 de dezembro de 2014 não serão impactados pelo disposto na referida Circular de reconhecimento imediato no resultado de saldos remanescentes em 1º de janeiro de 2015, uma vez que o diferimento de despesas ocorrerá normalmente de acordo com os prazos das operações.

h) Não há outros eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5

Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica "provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação", classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações contábeis nº 3f.V e 8h. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação de saldos mencionada no parágrafo anterior, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco Financiamentos S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2014, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Osasco, 28 de janeiro de 2015

Cláudio Rogélio Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0